

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Centro de Educação Aberta e a Distância - CEAD

Luiza Carla Cevidanes Araujo

**Educação patrimonial e História Local:
Estratégias para o ensino de história no 5º ano do ensino fundamental I.**

Caratinga

2024

LUIZA CARLA CEVIDANES ARAUJO

**Educação patrimonial e História Local:
Estratégias para o ensino de história no 5º ano do ensino fundamental I.**

Revisão de literatura apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto - Centro de Educação Aberta e a Distância – CEAD, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Janete Flor de Maio
Fonseca

Caratinga

2024



FOLHA DE APROVAÇÃO

Luiza Carla Cevidanes Araujo

**Educação patrimonial e História Local:
Estratégias para o ensino de história no 5º ano do ensino fundamental I**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em 29 de novembro de 2024.

Membros da banca

Profa. Dra. Janete Flor de Maio Fonseca - Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto
Prof. Dr. Sebastião Ricardo Machado Meireles - Membro da Banca - Centro Universitário de Caratinga - UNEC

Profa. Dra. Janete Flor de Maio Fonseca, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 02/12/2024



Documento assinado eletronicamente por **Janete Flor de Maio Fonseca, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 02/12/2024, às 20:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0820435** e o código CRC **B1E0FEFE**.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar a Educação Patrimonial e a História Local como estratégias pedagógicas no ensino de História para o 5º ano do Ensino Fundamental, destacando sua relevância na formação de cidadãos críticos e conscientes. A pesquisa, de caráter bibliográfico, revisa conceitos centrais e as contribuições de autores como Horta (2000), Florêncio (2014) e Pelegrini (2009), além de considerar os dispositivos legais que norteiam o ensino de História, como a BNCC, as Diretrizes Curriculares Nacionais e as Leis 10.639/03 e 11.645/08. O estudo evidencia como essas abordagens promovem o fortalecimento da identidade cultural, o senso de pertencimento e a valorização da diversidade étnico-racial. São discutidas metodologias inovadoras, como projetos interdisciplinares, visitas a espaços culturais e o uso de tecnologias digitais, que possibilitam aos alunos vivências práticas e reflexivas, conectando-os ao patrimônio cultural e à história local. Este trabalho busca demonstrar como a integração dessas estratégias transforma a prática pedagógica, tornando o ensino mais significativo, contextualizado e alinhado à realidade dos alunos, além de contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva e plural.

Palavras-chave: Educação Patrimonial, História Local, Ensino de História, Identidade Cultural, Diversidade Étnico-Racial, Metodologias Ativas.

ABSTRACT

This paper aims to investigate Heritage Education and Local History as pedagogical strategies in teaching History to 5th-grade elementary school students, emphasizing their relevance in forming critical and conscious citizens. The bibliographical research reviews central concepts and contributions from authors such as Horta (2000), Florêncio (2014), and Pelegrini (2009), as well as the legal frameworks guiding History teaching, including the BNCC, National Curriculum Guidelines, and Laws 10.639/03 and 11.645/08. The study highlights how these approaches promote the strengthening of cultural identity, a sense of belonging, and the appreciation of ethnic-racial diversity. Innovative methodologies are discussed, such as interdisciplinary projects, visits to cultural spaces, and the use of digital technologies, enabling students to have practical and reflective experiences connecting them to cultural heritage and local history. This paper demonstrates how integrating these strategies transforms teaching practices, making education more meaningful, contextualized, and relevant to students' realities while contributing to building a more inclusive and plural society.

Keywords: Heritage Education, Local History, History Teaching, Cultural Identity, Ethnic-Racial Diversity, Active Methodologies.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
2 REVISÃO DE LITERATURA	8
2.1 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	8
2.2 HISTÓRIA LOCAL	9
3 METODOLOGIAS DE ENSINO PARA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COM OS DISCENTES DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I.....	10
4 DISCUSSÕES	15
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
6 REFERÊNCIAS.....	19

1. INTRODUÇÃO

O tema da Educação Patrimonial é de grande relevância no contexto educacional atual, abrangendo uma ampla gama de concepções e abordagens relacionadas ao patrimônio cultural. Esse conceito envolve um processo de aprendizagem que se realiza não apenas por meio do estudo de bens culturais, mas também pela utilização desses bens, tanto materiais quanto imateriais, como recursos educativos no cotidiano escolar. A educação patrimonial, portanto, contribui para o desenvolvimento de uma compreensão mais profunda e crítica da história e identidade cultural, essenciais para a formação de cidadãos conscientes e engajados com o seu entorno.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, 2018), o conhecimento e a valorização do patrimônio cultural são condições fundamentais para garantir o acesso pleno à educação e ao exercício da cidadania. Esse entendimento reflete a importância de tratar o patrimônio cultural como uma temática central no currículo escolar, especialmente na educação básica, onde se busca a formação de uma identidade cidadã. A interação com o patrimônio cultural, nesse sentido, pode tornar-se um mecanismo poderoso para a construção do pensamento crítico dos alunos, capacitando-os a refletir sobre seu lugar na sociedade e a importância da preservação de suas heranças culturais.

José Heleno Ferreira (2020), ao refletir sobre o conceito de patrimônio, destaca que, no senso comum, patrimônio é algo acumulado ao longo da vida, seja em termos materiais, como bens, ou imateriais, como valores éticos e tradições. Essa concepção, embora abrangente, demanda uma análise mais profunda, especialmente quando se trata da transmissão do patrimônio para as novas gerações, garantindo que ele seja reconhecido e valorizado como um elemento essencial da identidade cultural. Nesse contexto, o patrimônio cultural não deve ser visto apenas como um bem a ser preservado, mas como um agente ativo na construção de uma sociedade mais participativa e consciente.

O IPHAN (2013, p. 5) destaca a profunda relação das pessoas com o patrimônio cultural, afirmando que “o patrimônio cultural faz parte da vida das pessoas de uma maneira tão profunda, que, às vezes, elas não conseguem sequer expressar o quanto ele é importante e por quê. No entanto, caso o perdessem, sentir-se-iam profundamente impactadas. Exemplos disso incluem a paisagem da infância, o modo de preparar uma comida, uma dança, uma música ou uma brincadeira.” Trazendo essa reflexão para o contexto escolar, pode-se afirmar que a

interação com o patrimônio cultural pode proporcionar ao aluno a capacidade de se tornar um indivíduo crítico, pensante e criativo, evitando o papel passivo de simples reprodutor de ideologias estabelecidas como verdades incontestáveis.

A educação, conforme defendido por Maria Célia Teixeira Moura Santos (2008), deve ser entendida como um processo que integra o patrimônio cultural, não como algo isolado, mas como parte de uma rede complexa de relações entre cultura, ciência e tecnologia, fundamentais para o desenvolvimento humano. O reconhecimento de que o patrimônio cultural é uma construção social contínua e dinâmica reforça a necessidade de sua inserção nos processos educativos formais e não formais, com o objetivo de sensibilizar e engajar os alunos em sua preservação.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 estabelecem a obrigatoriedade da educação patrimonial como parte da formação cidadã, enfatizando que a preservação do patrimônio cultural é dever de todos, tanto do governo quanto da sociedade civil. A integração do patrimônio cultural nas escolas, portanto, não se limita à conservação de bens, mas envolve uma ação pedagógica contínua, que visa fortalecer as identidades culturais e promover o engajamento dos alunos no processo de preservação de sua herança cultural.

Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo discutir o conceito de Educação Patrimonial e fornecer subsídios para ampliar as práticas educativas relacionadas a este tema com foco no ensino fundamental, particularmente no 5º ano, para promover uma reflexão crítica sobre a importância do patrimônio cultural na formação de cidadãos. Através do processo educacional, buscam-se articular possibilidades para desenvolver a sensibilidade e a consciência dos indivíduos sobre a importância da preservação do patrimônio cultural.

No entanto, neste trabalho, destacaremos a importância da Educação Patrimonial dentro do ensino formal, trazendo à tona algumas questões fundamentais para o debate. Qual a importância da educação patrimonial? Como o patrimônio cultural local deve ser abordado no ensino de história do 5º ano do Ensino Fundamental? Quais são as formas de inclusão da história local e do patrimônio cultural nos currículos escolares e nas práticas pedagógicas? Essas questões nos levam a refletir sobre a necessidade de compreender o patrimônio de forma ampliada e inclusiva, considerando diferentes manifestações culturais e sua relação com o cotidiano dos estudantes.

Portanto, para que a Educação Patrimonial seja efetivamente implementada no contexto escolar, é essencial partir da realidade dos alunos, permitindo que eles se envolvam ativamente na construção do significado dos bens culturais. Além disso, é necessário que eles participem das discussões e soluções para os problemas relacionados à preservação do patrimônio, tornando-se sujeitos ativos no processo de valorização e cuidado de sua própria herança cultural.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura é a parte fundamental para embasar teoricamente as estratégias e metodologias que serão sugeridas ao longo deste trabalho. A Educação Patrimonial e a História Local são áreas interligadas que visam criar uma relação mais estreita entre os alunos e o patrimônio cultural de sua região, e têm sido abordadas por diversos teóricos que defendem sua importância para o ensino de História.

2.1 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A Educação Patrimonial não é apenas uma prática voltada para a preservação de bens culturais, mas também uma ferramenta pedagógica que visa sensibilizar os alunos para o valor e a importância do patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial. Maria de Lourdes Parreiras Horta (2000), uma das principais referências sobre o tema, define a Educação Patrimonial como uma prática educativa que visa integrar o patrimônio cultural ao cotidiano escolar. Para a autora, essa integração permite que os alunos se apropriem de sua própria história, fortalecendo sua identidade cultural e promovendo um vínculo emocional com os bens culturais de sua comunidade.

A autora argumenta que a Educação Patrimonial é essencial para o fortalecimento da memória coletiva e do sentimento de pertencimento a uma comunidade, proporcionando uma reflexão crítica sobre a importância da preservação cultural. Em suas palavras, “a Educação Patrimonial deve ser entendida como uma prática educativa que envolve o conhecimento, a valorização e a preservação do patrimônio cultural” (Horta, 2000, p. 25). Ao trabalhar o patrimônio cultural nas escolas, os professores podem fomentar uma conscientização acerca dos valores culturais e históricos da comunidade, sensibilizando os alunos para a importância de sua preservação.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, o que compõe o patrimônio cultural brasileiro:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem; I- as formas de expressão; II- os modos de criar, fazer e viver; III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988. art. 216)

Observa-se que a legislação brasileira possui um conjunto de normas destinadas à proteção e preservação da memória cultural do povo, ou seja, ela visa garantir a salvaguarda do

patrimônio. Essas leis estabelecem diretrizes para fomentar uma cultura de valorização do patrimônio, funcionando como base para ações pedagógicas que promovam o uso de recursos metodológicos com foco nos patrimônios históricos locais. Dessa forma, busca-se incluir a educação patrimonial na rotina escolar, inserindo-a no planejamento pedagógico e levando para o ambiente de sala de aula a simbologia do lugar, as memórias e os acontecimentos passados e presentes que fazem parte do cotidiano.

Nesse contexto, o patrimônio desempenha um papel crucial no desenvolvimento do respeito pelos espaços culturais, pelas pessoas e pela construção de relações interpessoais saudáveis. Além disso, ele fortalece a consciência sobre as dinâmicas de poder político entre os grupos sociais. Muitos desses grupos utilizam o patrimônio e o sentimento de pertencimento para afirmar suas próprias culturas, frequentemente em detrimento de outras.

De acordo com Sônia R. R. Florêncio *et al.* (2014), a integração do patrimônio cultural no currículo escolar é uma forma de permitir que os alunos se apropriem dos saberes históricos de sua região, criando uma abordagem mais próxima e significativa. A autora afirma que, ao integrar a história local e os elementos patrimoniais no ensino de História, os alunos passam a enxergar a história como algo vivo, algo que acontece ao seu redor e que é relevante para sua formação pessoal e coletiva. Sendo assim, a educação patrimonial, quando integrada à história local, enriquece o processo de ensino-aprendizagem, tornando-o mais próximo da realidade dos alunos.

2.2 HISTÓRIA LOCAL

A História Local é um campo que tem sido amplamente discutido como uma estratégia pedagógica essencial para a construção de um ensino de História mais significativo. Ao contrário da História convencional, que muitas vezes se apresenta de maneira distante e abstrata, a História Local busca conectar os alunos com os acontecimentos históricos que ocorreram em sua própria comunidade. Sandra C. A. Pelegrini (2009) enfatiza que a História Local oferece uma perspectiva única para o ensino de História, pois ela torna o aprendizado mais concreto e conectado à vivência dos alunos. Segundo a autora, a história local oferece uma perspectiva única para o ensino de história, pois permite que os alunos vejam a história acontecendo ao seu redor, em seu próprio ambiente.

Além disso, a História Local contribui para a valorização da identidade cultural dos alunos, pois permite que eles reconheçam e se apropriem da história de sua comunidade. Florêncio (2014) reforça essa ideia ao argumentar que a História Local oferece uma

compreensão mais profunda do contexto em que os alunos vivem, criando uma ligação afetiva e intelectual com sua própria cultura e história. Ao aprenderem sobre as origens e os processos históricos de sua cidade ou região, os alunos desenvolvem um maior senso de pertencimento e respeito pela diversidade cultural.

Seguindo esse raciocínio, o ensino de história local se apresenta como um ponto inicial para a aprendizagem histórica, especialmente por sua capacidade de conectar o ensino com as realidades mais próximas, que abrangem as relações entre educador, educando, sociedade e o ambiente onde vivem e atuam. Nessa perspectiva, o ensino e a aprendizagem da História Local se tornam um espaço-tempo propício para uma reflexão crítica sobre a realidade social, servindo de referência fundamental para o processo de construção das identidades dos indivíduos e de seus grupos de pertencimento. No ensino fundamental, a História Local adquire um significado especial, ao oferecer uma oportunidade para desenvolver um pensamento histórico que aborde não apenas o indivíduo, mas a coletividade e as relações sociais estabelecidas no contexto próximo.

Portanto, a abordagem da história local permite que os alunos compreendam melhor seu entorno, reconhecendo o passado e o presente nos diversos espaços de convivência. Essa temática possibilita que o professor inicie o ensino a partir das histórias individuais e coletivas, inserindo os alunos em contextos mais amplos. Aos poucos, os estudantes passam a observar e valorizar o legado de outras construções históricas, percebendo que as realidades de uma localidade e de seus habitantes no tempo não são isoladas, mas fazem parte de um processo histórico maior, no qual comunidades locais constroem suas identidades culturais e sociais. Com essa visão, os alunos são incentivados a reconhecer a diversidade das identidades, cultivando o respeito por todas elas.

3. METODOLOGIAS DE ENSINO PARA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COM OS DISCENTES DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I

As metodologias de ensino são outro aspecto essencial para garantir a efetividade da integração da Educação Patrimonial e da História Local no currículo escolar. Horta (2000) propõe que atividades como visitas a museus, entrevistas com membros da comunidade e projetos interdisciplinares sejam utilizadas como estratégias pedagógicas para aproximar os alunos de sua história e cultura local. Essas metodologias podem ser realizadas tanto dentro da sala de aula quanto fora dela, proporcionando aos alunos uma experiência mais rica e vivencial com o conteúdo histórico.

Atualmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96) assegura aos estudantes um ensino diversificado, orientado pelas particularidades regionais e locais de cada cultura. Nesse contexto, a metodologia da educação patrimonial no ensino de história pode aproximar os indivíduos de seus objetos de estudo, tornando o aprendizado mais envolvente e motivador.

Florêncio (2014) sugere que o uso de recursos didáticos variados, como fotografias, mapas e documentos históricos, pode tornar as aulas de História mais dinâmicas e envolventes. Além disso, o uso de tecnologias digitais pode ampliar as possibilidades de acesso à informação e tornar a aprendizagem mais atrativa para os alunos, tornando o estudo da história mais acessível e interativo. A autora destaca que o uso de ferramentas digitais, como aplicativos educativos e plataformas virtuais, pode contribuir significativamente para a construção do conhecimento histórico, aproximando os alunos dos patrimônios culturais de sua região.

Pelegri (2009) complementa essas ideias ao enfatizar a importância de uma abordagem interdisciplinar, onde diferentes áreas do conhecimento se intercalam para proporcionar uma aprendizagem mais integradora. Ao trabalhar a Educação Patrimonial e a História Local de forma interdisciplinar, os alunos são incentivados a refletir sobre o patrimônio cultural sob diferentes perspectivas, o que contribui para uma visão mais ampla e crítica da história e da cultura.

No entanto, as metodologias de ensino são fundamentais para integrar a Educação Patrimonial e a História Local no currículo escolar de forma efetiva, para que os alunos do 5º ano do Ensino Fundamental I, geralmente com idades entre 10 e 11 anos, se apropriem de seu patrimônio cultural e histórico, é essencial utilizar estratégias que promovam um aprendizado significativo e conectado à sua realidade. Esses estudantes estão em uma fase de transição importante no desenvolvimento infantil, caracterizada por um aumento na capacidade de pensamento lógico e abstrato, bem como por um crescente interesse em explorar o mundo ao seu redor de maneira crítica e investigativa.

Seguindo este raciocínio, os alunos desta faixa etária desenvolvem um maior senso de pertencimento e identidade, o que faz com que atividades relacionadas à valorização de sua cultura e história local sejam especialmente relevantes. Por meio dessas práticas, eles podem reconhecer o papel de sua comunidade na construção da história, ao mesmo tempo em que fortalecem a autoestima e o respeito pela diversidade cultural. Então, a Aprendizagem Baseada

em Projetos (ABP) surge como uma metodologia particularmente eficaz, pois possibilita que os alunos atuem como investigadores e construtores de conhecimento.

William Bender (2014) destaca três componentes essenciais das tarefas na Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) que fundamentam as atividades propostas: primeiramente, é importante que os alunos percebam o projeto como algo pessoalmente significativo; em seguida, as questões abordadas devem ser autênticas e inovadoras, conectadas ao mundo real dos estudantes; por fim, o trabalho colaborativo é fundamental, permitindo que os alunos solucionem problemas juntos e compartilhem os resultados. Sendo assim, ao trabalhar em projetos que explorem, por exemplo, uma linha do tempo dos principais eventos históricos da comunidade, os alunos desenvolvem habilidades de pesquisa, análise e compreensão histórica, enquanto refletem sobre a importância de cada evento no contexto em que vivem. Esse tipo de abordagem faz com que o aprendizado saia da abstração e se torne tangível e aplicável, aproximando os alunos de suas próprias histórias e incentivando o pensamento crítico.

As visitas guiadas e saídas de campo também são estratégias pedagógicas que favorecem uma experiência prática de aprendizagem. Quando os alunos têm a oportunidade de visitar locais históricos, museus, praças e monumentos de sua cidade, eles passam a compreender o valor cultural e simbólico desses espaços, além de desenvolverem um vínculo afetivo com a história local. Durante essas visitas, é possível propor atividades de observação e registro em cadernos ou fichas de análise, estimulando a capacidade dos alunos de fazerem leituras críticas do espaço físico e de entenderem o contexto histórico por trás das estruturas que compõem sua realidade cotidiana. Essa vivência não apenas torna o aprendizado mais interessante, como também possibilita que os alunos se reconheçam como parte ativa da comunidade.

E são muitas as razões para justificam essa metodologia de ensino-aprendizagem para educação patrimonial, conforme afirma João Augusto Peres (2005, p. 10) a visita possibilita:

- a) Associar a teoria à prática, trazendo complementação e mais qualidade ao aprendizado;
- b) Levar a escola ao encontro da realidade factual, saindo, assim, de alguma forma, de dentro de seus próprios muros;
- c) Estimular, nos alunos, a capacidade de observação;
- d) Desenvolver o espírito crítico dos discentes;
- e) Variar as atividades utilizadas no processo ensino-aprendizagem;
- f) Explorar a capacidade de planejamento dos alunos;
- g) Enriquecer o tratamento dado ao assunto do currículo;
- h) Dar mais visibilidade à instituição de ensino.

Outra metodologia valiosa é o mapeamento cultural da comunidade, onde os alunos, em grupos, identificam e registram os locais de relevância histórica, cultural ou social de seu bairro ou cidade, como monumentos, praças, escolas e construções antigas. Ao realizar essa atividade, eles constroem uma visão mais detalhada de seu entorno e desenvolvem um sentimento de pertencimento e responsabilidade em relação à preservação desses espaços. Esse tipo de atividade permite que o aprendizado seja colaborativo e estimula o trabalho em grupo, promovendo o desenvolvimento de habilidades de cooperação e respeito à diversidade de interpretações que os colegas podem ter sobre o mesmo espaço.

A utilização de fontes históricas primárias, como fotografias, jornais antigos, cartas e documentos locais, também é uma metodologia que enriquece o ensino da História Local. Ao trabalhar diretamente com esses materiais, os alunos são incentivados a interpretar e analisar o passado de forma autônoma, descobrindo como esses registros contam a história da comunidade e refletem as mudanças sociais, culturais e econômicas ao longo do tempo. Essa prática promove a leitura crítica e ativa dos materiais históricos e possibilita que os alunos compreendam a relevância de preservar tais registros. Ao final do processo, os alunos se tornam mais conscientes do valor da documentação histórica e do papel que ela desempenha na construção da memória coletiva.

Helena Pinto (2016) considera que uma das maneiras mais eficazes de aprofundar o conhecimento histórico é através do contato direto dos alunos com artefatos e fontes históricas, pois esses recursos permitem que os estudantes construam suas próprias interpretações, conectando-as aos conhecimentos que já possuem. O autor ressalta ainda que o trabalho com fontes históricas deve ser contínuo e articulado ao currículo, para assegurar uma compreensão mais integrada e significativa da história. O uso de fontes históricas em sala de aula possibilita que os alunos compreendam o processo de construção histórica, enquanto o professor assume o papel de mediador no processo de ensino-aprendizagem, abandonando a posição de mero transmissor de conhecimento (Cunha & Xavier, 2010).

Outro recurso metodológico que pode ser explorado é a criação de roteiros culturais pelos próprios alunos. Ao desenvolverem esses roteiros, com temas como patrimônio natural, arquitetura histórica e tradições locais, os alunos realizam uma pesquisa aprofundada sobre elementos culturais de sua cidade e aprendem a valorizar os elementos que compõem sua identidade local. Essa prática também fortalece habilidades de comunicação e expressão, pois ao final do projeto, os alunos podem compartilhar e apresentar seus roteiros para a turma, contribuindo para um ambiente de aprendizado participativo e dialógico.

Com o uso de tecnologias digitais, o ensino de História Local e Educação Patrimonial pode se tornar ainda mais atrativo para os alunos. Ferramentas como aplicativos de realidade aumentada, plataformas de mapas interativos e softwares de criação multimídia possibilitam a produção de conteúdo, como vídeos, fotografias e mapas digitais, que documentam as descobertas dos alunos durante o processo de aprendizagem. Essas tecnologias facilitam o acesso à informação e tornam a aula de história mais dinâmica e próxima da realidade digital dos estudantes. O uso dessas ferramentas não apenas incentiva o engajamento dos alunos, mas também amplia as possibilidades de exploração do conteúdo de uma forma interativa e motivadora. Seguindo este raciocínio Pierre Lévy (1993) enfatiza a importância do uso da multimídia na educação, destacando que o conhecimento é mais facilmente assimilado e retido quando o indivíduo se envolve de forma ativa no processo de aprendizagem.

A realização de entrevistas com membros da comunidade, como familiares e vizinhos mais velhos, também é uma metodologia enriquecedora. Ao coletarem relatos orais e narrativas sobre o passado, os alunos aprendem a valorizar a memória e o conhecimento das gerações anteriores, desenvolvendo respeito e empatia pelas experiências compartilhadas. Esse tipo de atividade fornece aos alunos uma perspectiva única sobre a história da comunidade, que nem sempre é encontrada em documentos ou livros, e contribui para uma compreensão mais humana e pessoal dos eventos que moldaram o local onde vivem.

Essas metodologias, quando integradas ao currículo do 5º ano, promovem uma aproximação afetiva e crítica dos alunos com a história local. Ao mesmo tempo, incentivam o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento, uma valorização cultural e uma visão mais ampla e inclusiva da história e da sociedade.

4. DISCUSSÕES

A Educação Patrimonial, especialmente no contexto do ensino fundamental, tem papel crucial na formação de um entendimento mais profundo e crítico sobre o patrimônio cultural, tanto no que diz respeito ao ambiente local quanto ao contexto histórico mais amplo. A partir dessa abordagem, podemos discutir a importância da educação patrimonial e da história local no currículo escolar, destacando como essas temáticas promovem o desenvolvimento da consciência crítica e de um sentimento de pertencimento nos alunos.

Primeiramente, cabe discutir a importância da Educação Patrimonial no processo educativo. Esse campo vai além da simples transmissão de conhecimento sobre bens culturais. Ele busca sensibilizar os alunos para a valorização de sua herança cultural e para o papel que

ela desempenha na formação da identidade individual e coletiva. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), a habilidade EF05HI10 propõe que os alunos do 5º ano do Ensino Fundamental inventariem os patrimônios materiais e imateriais da humanidade e analisem as mudanças e permanências desses patrimônios ao longo do tempo. Sendo assim, ao ensinar sobre o patrimônio cultural, os educadores têm a oportunidade de estimular os alunos a refletirem sobre suas próprias identidades e sobre como o patrimônio, seja ele material (como monumentos, museus e edifícios históricos) ou imaterial (como tradições, festividades e memórias locais), contribui para a formação de uma sociedade mais coesa e consciente de sua história.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental destacam a importância de trabalhar a História como um campo interdisciplinar e sensível às múltiplas temporalidades e narrativas culturais que constituem a sociedade brasileira. O ensino de História deve buscar a formação de sujeitos críticos e participativos, com ênfase na valorização das culturas locais, regionais e nacionais. Nesse sentido, a Educação Patrimonial emerge como uma estratégia pedagógica que conecta o passado ao presente por meio de experiências significativas, ajudando os alunos a compreenderem sua identidade e o papel das comunidades em contextos históricos e culturais mais amplos.

Nesse processo, as Leis 10.639/03 e 11.645/08 desempenham um papel fundamental. Essas leis alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para incluir a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena nos currículos escolares. Esses dispositivos legais são fundamentais para garantir que a diversidade étnico-racial seja reconhecida e valorizada, bem como para promover uma reflexão crítica sobre o racismo, a discriminação e as desigualdades sociais no Brasil. No contexto da Educação Patrimonial, essas legislações permitem que os educadores ampliem o olhar dos alunos sobre o patrimônio cultural. Isso significa incorporar narrativas que valorizem as contribuições das populações afro-brasileiras e indígenas na construção do patrimônio material e imaterial brasileiro, como manifestações religiosas (candomblé, umbanda), festas populares (maracatu, congada), e saberes tradicionais (artesanato, culinária, música).

O patrimônio cultural local, dentro do ensino de história para o 5º ano do ensino fundamental, deve ser abordado como um ponto de partida que conecta os estudantes ao conteúdo histórico por meio de vivências próximas e significativas. Ao trabalhar com o contexto cultural dos próprios alunos, os professores podem tornar o aprendizado mais tangível e relevante. Por exemplo, através da exploração de locais históricos, como praças, igrejas ou

edificações antigas na cidade, os alunos podem compreender o valor cultural de seu próprio ambiente. Essa abordagem proporciona uma visão integrada da história, que relaciona o passado ao presente e mostra como a história influencia a vida cotidiana dos estudantes.

Para que o ensino de história local e patrimônio cultural seja eficaz, é necessário adotar práticas pedagógicas que incluam metodologias ativas e interdisciplinares, permitindo que os alunos participem ativamente da construção do conhecimento. A inclusão da história local e do patrimônio cultural no currículo escolar pode se dar por meio de atividades como projetos de mapeamento cultural, visitas a museus, entrevistas com membros da comunidade e análise de documentos históricos locais. Essas atividades incentivam os alunos a interagirem com o conteúdo de forma prática, desenvolvendo habilidades de observação, análise crítica e valorização de suas próprias histórias e comunidades.

Outro ponto fundamental é a utilização de tecnologias digitais e multimídia, que, conforme Lévy (1993), promovem a interação ativa e facilitam a retenção do conhecimento. No contexto da Educação Patrimonial, as ferramentas digitais ampliam o acesso a informações e permitem que os alunos criem seus próprios registros, como fotografias, vídeos e mapas digitais, fortalecendo o vínculo afetivo com os conteúdos históricos.

Por fim, a implementação da Educação Patrimonial no currículo escolar contribui para que os alunos compreendam a importância de preservar o patrimônio cultural, promovendo um sentimento de responsabilidade e cuidado com os bens culturais de sua comunidade. Assim, eles não apenas se tornam conhecedores de sua história, mas também cidadãos mais críticos e engajados com a preservação de sua herança cultural.

Como apontado por Horta (2000), as metodologias inovadoras podem ser a chave para tornar a Educação Patrimonial e a História Local mais significativas para os alunos. Ao proporcionar uma aprendizagem baseada em experiências concretas e no contato direto com os patrimônios culturais, os alunos não apenas ampliam seus conhecimentos históricos, mas também desenvolvem um vínculo emocional com sua história e cultura. Dessa forma, a Educação Patrimonial e o ensino de história local consolidam-se como uma estratégia eficaz para o ensino de história no 5º ano do ensino fundamental, criando condições para que os alunos compreendam seu papel na construção e preservação de sua própria história, com uma visão crítica e plural sobre a sociedade em que estão inseridos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão bibliográfica e a análise realizadas ao longo deste estudo evidenciaram que a integração da Educação Patrimonial e da História Local no ensino de História, especialmente no 5º ano do Ensino Fundamental, representa uma estratégia pedagógica potente e transformadora. Essa abordagem possibilita a construção de um ensino mais significativo, contextualizado e conectado à realidade dos alunos, favorecendo o fortalecimento de suas identidades culturais e a ampliação de um senso crítico em relação ao patrimônio cultural e à história de suas comunidades e regiões.

A integração dos principais documentos que orientam o ensino de História, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais e as Leis 10.639/03 e 11.645/08, ao contexto da Educação Patrimonial, evidencia o compromisso com uma formação que valorize a diversidade e combata as desigualdades históricas. Por meio dessas normativas, o ensino de História ultrapassa a mera transmissão de conteúdos e promove uma reflexão crítica sobre a pluralidade cultural e as contribuições das populações afro-brasileiras e indígenas na formação da identidade nacional.

A prática da Educação Patrimonial no 5º ano, ao propor o estudo e a análise de patrimônios materiais e imateriais, não apenas amplia o conhecimento histórico dos alunos, mas também os sensibiliza para a importância da preservação cultural como um elemento essencial na construção de uma sociedade mais coesa e consciente de seu passado. Essa sensibilização, alinhada à conscientização das relações étnico-raciais, potencializa a formação de cidadãos reflexivos, empáticos e engajados com a justiça social e a preservação da diversidade cultural.

No entanto, a implementação efetiva dessa abordagem exige atenção a desafios significativos. A formação inicial e continuada de professores é essencial para capacitá-los a trabalhar com metodologias inovadoras, que articulem a teoria à prática e favoreçam o protagonismo estudantil. Além disso, o investimento em recursos pedagógicos adequados, bem como a criação de parcerias entre escolas, comunidades e órgãos de preservação cultural, é imprescindível para que os alunos tenham acesso a experiências que tornem o aprendizado mais dinâmico e conectado à realidade.

Este estudo destaca ainda a importância de metodologias ativas que promovam o envolvimento dos alunos no processo de ensino-aprendizagem. Projetos como mapeamentos culturais, visitas a locais históricos, análise de fontes documentais e entrevistas com membros da comunidade, aliados ao uso de tecnologias digitais, permitem que os estudantes se aproximem da história de forma prática e interativa. Dessa maneira, a Educação Patrimonial e a História Local não apenas ampliam os conhecimentos históricos, mas também criam condições para que os alunos desenvolvam um vínculo emocional com seu patrimônio e sua história.

Por fim, conclui-se que integrar a Educação Patrimonial e a História Local ao currículo do 5º ano é um caminho promissor para a formação de cidadãos críticos, conscientes e respeitosos com a diversidade cultural. Esse processo educacional, ao valorizar o contexto local e conectá-lo a uma perspectiva histórica mais ampla, contribui para a construção de uma sociedade mais plural, inclusiva e comprometida com a preservação do patrimônio cultural. Assim, reforça-se o papel transformador do ensino de História no desenvolvimento integral dos estudantes e na formação de sujeitos que atuem como agentes de mudança em suas comunidades e na sociedade.

6. REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli (org.). Práticas inovadoras na formação de professores. Campinas: Papirus, 2016.

BENDER, William. Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI. Translation: Fernando de Siqueira Rodrigues. Porto Alegre: Penso, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <<https://www.alex.pro.br/BNCC%20Hist%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em: 15/11/2024.

BRASIL, Constituição Federal do. Patrimônio histórico. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/constituicao_federal_art_216.pdf. Acesso em: 25/06/2024.

BRASIL, Secretaria De Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: história, geografia / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1999.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 15/11/2024.

BRASIL. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 11 mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 15/11/2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

_____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Artigo 1º. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 29/08/2024.

CHOAY, F. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo: Unesp; Estação Liberdade, 2001.

Cunha, M. & Xavier, E. (2010). Ensino e História: o uso das fontes históricas como ferramentas na produção de conhecimento histórico. Anais do VIII Seminário de pesquisa em Ciências Humanas SEPECH.

D'ÁVILA, Cristina. Pedagogia cooperativa e educação a distância: Uma aliança possível. Revista da FAEEBA: educação e Contemporaneidade, 2003 vol. 12, n. 20. Salvador, jul. Dez. p. 273-285.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2006.

FLORÊNCIO, Sônia R. R. et al. Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília, DF: Iphan, 2014.

FERREIRA, J. H.. A cidade como espaço de educação patrimonial: o direito à história e à memória. Brazilian Journal of Development, v. 6, p. 13802-13816, 2020.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Fundamentos da Educação Patrimonial. Revista da Faculdade de Porto-Alegrense de Educação Ciências e Letras: educação e patrimônio histórico cultural. Porto Alegre, FAPA, n. 27, Jan/jun. 2000.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999

IMBERNÓN, Francisco. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza 9. ed.- São Paulo. Cortez, 2011.

IPHAN. Educação Patrimonial. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_de_educacao_patrimonial_nr_03.pdf. Acesso em: 13/09/2024

LE GOFF, Jacques. Memória.- História. Lisboa: Imprensa Oficial / Casa da Moeda, 1984.

Lévy, P. (1993), As tecnologias da inteligência, Ed. 34

Pinto, H. (2016). Educação Histórica e Patrimonial. In Educação Histórica: Perspetivas de Investigação Nacional e Internacional/XV Congresso das Jornadas Internacionais de Educação Histórica, (pp. 22-33).

PELEGRINI, S. C. A. Patrimônio Histórico Cultural. 2. reimpr. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

PELEGRINI, S. C. A. Patrimônio Histórico e Cultural. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

PERES, J. A. Visitas técnicas: no ensino fundamental, médio e superior. João Pessoa: EGM, 2005.

SANTOS, Anderson Cunha, 1976-Patrimônio cultural e história local : a educação patrimonial como estratégia de reconhecimento e fortalecimento do sentimento de pertença à cidade De Contagem / Anderson Cunha Santos. - Belo Horizonte, 2017. 116 f., enc, il.

SANTOS, Marco Antonio. Memória e patrimônio no ensino da história local para os anos iniciais da educação básica. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2015, Florianópolis. Anais eletrônicos... Florianópolis: ANPUH, 2015. p. 1-15. Disponível em: https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1426447203_ARQUIVO_ArtigoparaAnpuh2015.pdf. Acesso em: 25/06/2024.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Encontros museológicos: Reflexões sobre a museologia, a educação e o museu. Rio de Janeiro: Minc/IPHAN/DEMU, 2008.

SCIFONI, Simone. Desafios para uma nova Educação Patrimonial. Revista Teias, v.18, n. 48. Jan-Marc, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/teias.2017.25231>. Acesso em: 24/06/2024

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 16. Ed. – Petropolis, RJ : Vozes, 2014.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura,
Representação da Unesco no Brasil. Disponível em:
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000262765>. Acesso em 20/09/2024.